

REDE DE MERCÊS E CARREIRA: O “DESTERRO
D’ANGOLA” DE UM MILITAR
LUSO-BRASILEIRO (1782-1789)

*“Merces” networks and career: a Luso-brazilian
soldier “Desterro d’Angola” (1782-1789)*

Magnus Pereira*

RESUMO

O aparecimento de uma camada de militares letrados de baixa patente nas colônias portuguesas é um fenômeno típico da segunda metade do século XVIII. A inserção desses letrados na carreira das armas era complexa, pois a corporação era tanto o lugar de criminosos, condenados ao exílio, como o espaço tradicional da nobreza. Esses militares circulavam pelas diversas colônias e, portanto, compartilhavam com a elite governante, proveniente da nobreza de Portugal, uma noção ampliada da diversidade espacial e social do Império. A meritocracia funcionava até certo patamar. Em outro nível, a corporação reproduzia a rigidez da estrutura social do Antigo Regime. Para conseguir que os seus méritos fossem reconhecidos e recompensados, aqueles que não provinham de famílias ricas ou ilustres precisavam dominar as redes parentais da elite governante, estabelecendo algum tipo de vínculo com ela. Formavam-se, desta forma, redes clientelares, que podem ser pensadas como cadeias de mercês, ou de dádivas.

Palavras-chave: Império Colonial Português; militares; mercês.

ABSTRACT

The rising of a level of educated low patent military men in the Portuguese Colonies is a characteristic of the second half of the 18th Century. Their inclusion in the military career was complicated since the

* Professor do Departamento de História da UFPR. Integrante do CEDOPE – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses. Pesquisa realizada com apoio do CNPq e da Fundación Carolina.

corporation was both the place for exiled criminals and the traditional place of noblemen. These military men traveled through many of the colonies and therefore shares with the Portuguese ruling elite a wider notion of the spacial and social diversity of the Empire. Meritocracy worked up to a certain level. After that, the corporation reproduced the social structure rigidity of the Ancien Regime. To get acknowledgment and reward for their own merits, those not from rich or illustrious families had to master the parental networks of the ruling elite, establishing some link with it. This is how paternalist networks were created, which can be thought of as gift, or “merces” networks.

Key-words: Portuguese Colonial Empire; military; merces; gift.

A verdade é o único conceito; que de justiça, deves a esta História: é o objeto favorito desde a minha infância: ornato sempre unido ao meu caráter, & q hei feito resplandecer a luz do mundo: como a lamina da Luzida espada aos raios do sol. E que melhor sufrágio para um Historiador! A verdade enche o objeto. Quem atreverá a desprezá-la, por não vir enfeitada com frívolos ornatos? Quanto mais simples; mais bela: ela só no teatro do mundo faz: / não digo bem /: deve fazer, o papel mais preciso, & precioso: tudo o mais é bagatela.

Elias Alexandre da Silva Corrêa – História de Angola

Há uma diferença notável entre o Índico e o Atlântico, no que concerne à escrita da história nas colônias portuguesas. No Oriente, a coroa patrocinou a elaboração de grandes crônicas oficiais, a exemplo do que, desde a Idade Média, ocorria em Portugal. Para que se tenha uma idéia da importância dada à escrita das histórias oficiais da presença portuguesa no Oriente, basta lembrar que o cronista João de Barros foi agraciado com uma parcela de capitania hereditária no Brasil, em recompensa por seus serviços. Nada disto ocorreu na porção atlântica dos domínios portugueses. Nesta região, ao lado da crônica jesuítica, emergiram histórias regionais militantes, escritas pela iniciativa individual de alguns colonos letrados. Desde o século XVII, essas histórias foram campos de batalha entre elites regionais e a administração central do Império. A obra maior do período é a *História geral das guerras angolanas*, de Francisco de Oliveira Cadornega, na qual aparece a narrativa das lutas entre colonos e nativos, imbricada aos confl-

tos entre colonos e agentes da metrópole. No Brasil, durante o século XVII, inicia-se também a escrita destas histórias locais ou regionais, cujo fundo é eminentemente político. No Maranhão, Manuel Guedes Aranha, integrante da elite municipal de São Luís, escreveu *Papel político sobre o Estado do Maranhão*, relato militante dos conflitos entre população indígena, governo central português, ordens religiosas e as câmaras municipais da região. Da mesma forma que Cadornega, ele inclui em seu texto um catálogo de governadores.¹ De certa maneira, esses catálogos eram uma tentativa de enquadramento das narrativas históricas ao modelo das crônicas medievais dos reis.

Angola foi a colônia onde a tradição de escrita de catálogos de governadores encontrou maior desenvolvimento. Nesta colônia, durante o século XVIII e primeira metade do XIX, foram elaboradas diversas versões dessa modalidade historiográfica. Cada uma retomava as versões anteriores, acrescentando-as com partes relativas aos governos subsequentes, relendo-os segundo pontos de vista ora favoráveis à coroa e seus agentes, ora aos colonos luso-angolanos. Entre as diversas versões dos catálogos, há uma atribuída ao coronel João Monteiro de Moraes², que foi um dos principais líderes das famílias tradicionais luso-angolanas da segunda metade do século XVIII. Esta crônica, segundo os historiadores Thornton & Miller, conteria uma visão parcial, pró-elite regional e antiinteresses mercantis metropolitanos.³ Outra é de autoria de Manoel Antônio Tavares, de origem portuguesa, que foi para Angola acompanhando o governador D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho. Tavares constituiu família em Luanda e ali permaneceu por décadas. De certa forma, ele também pode ser incluído no grupo social da elite luso-angolana, apesar de não ser nem natural da

1 Na seqüência, aparece a *Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de S. Luís do Maranhão*, de Francisco Teixeira de Moraes, apresentando uma versão muito parcial da revolta de Beckman. Ver RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1969. p. 86-88. Também, RIHGB, t.57, parte1, p. 5-163.

2 *Catálogo dos Governadores do Reino de Angola; com huma previa noticia do principio da sua conquista, e do que nella obrarão os governadores dignos de memória*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1826. A atribuição do texto a Monteiro foi proposta por BRÁSIO, António. (org.) *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1973. p. 576.

3 THORNTON, John K. & MILLER, Joseph C. A crônica como fonte, história e hagiografia: o Catálogo dos Governadores de Angola. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa, n. 12-13, jan./dez. 1990, p. 9-55.

colônia nem mulato, como a maior parte de seus integrantes. No entanto, as versões de ambos são tomadas como representativas dos interesses conflitantes entre a metrópole, defensora das casas mercantis portuguesas, e da elite colonial angolana, que se aferrava a uma forma de militarismo arcaico, herdado dos séculos anteriores.⁴ No entanto, estudar os catálogos apenas a partir da dicotomia metrópole versus colônia é um procedimento reducionista, como pode ser percebido quando abordamos a versão dos catálogos de autoria do militar luso-brasileiro Elias Alexandre da Silva Corrêa.⁵ Thornton & Miller afirmaram que a visão deste militar era uma idiosincrasia pessoal, uma vez que o mesmo não se encaixava no esquema bipolar que adotaram para explicar a história angolana do período. A noção de texto idiosincrático nasce da percepção de uma suposta especificidade do narrador: alguém de fora do quadro binário colônia angolana X metrópole, por tratar-se de um luso brasileiro. O texto de Silva Corrêa pode ser singular, dada a sua extensão, mas não é escrito a partir de uma idiosincrasia, uma vez que luso-brasileiros em Angola existiam em quantidade. De fato, a sua *História de Angola* expressa, além do ponto de vista idiosincrático do autor, como é de natureza de qualquer texto, uma visão luso-brasileira da África. Todavia, mais do que isto, ela traz o ponto de vista de um oficial de baixa patente envolvido na construção de uma carreira de âmbito multirregional, no interior do Império Colonial Português.

Pouco se conhece da biografia de Silva Corrêa. Pode-se, contudo, inferir que ele não provinha de famílias da elite colonial brasileira, uma vez que começou sua carreira como simples soldado. No entanto, diferentemente da maioria de seus companheiros de farda, ele era dado às letras. O aparecimento de uma camada de militares letrados de baixa patente nas colônias é um fenômeno típico da segunda metade do século XVIII. As tentativas de profissionalizar a gestão do império, a crença na educação e a disseminação de livros e cordéis irão contribuir para a difusão das letras para além de certos segmentos da elite e dos eclesiásticos. Figuras como Tiradentes ou como Elias Alexandre fazem parte desta camada emergente que ainda não foi

4 Embora lembrem que se trata de uma esquematização reducionista, T & M nunca se afastam desta leitura.

5 CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: s.ed., 1937. 2v. Doravante a obra passará a ser referenciada como HA. Apenas na *História de Angola* o seu nome aparece grafado desta maneira, no restante da documentação ele é referido e assina sempre como Elias Alexandre e Silva.

pensada como um grupo coerente por nossa historiografia. Não podemos, contudo, esquecer que não estamos nos referindo a um fenômeno “brasileiro”, uma vez que seu âmbito se estende às demais colônias portuguesas.

A difusão dos cursos de geometria e fortificação pelas principais cidades coloniais (Salvador, Rio de Janeiro, Luanda) pode ser apontada como um dos fatores que levaram ao aparecimento desses pequenos letrados. Elias Alexandre e Silva estudou geometria, álgebra e artilharia no Rio de Janeiro. Após ser promovido, mercê que ele atribui a serviços prestados ao Marquês do Lavradio, foi transferido para Santa Catarina, que, na época, era uma capitania anexa à do Rio de Janeiro.⁶ De fato, a sua folha de serviços deve ter agradado a seus superiores uma vez que, em 1773, foi agraciado com uma sesmaria “no sítio de Maruhi na freguesia de S. José”.⁷

Silva Corrêa fazia parte das tropas enviadas preventivamente ao Brasil meridional para fazer frente a um iminente ataque espanhol. Uma vez que estudara geometria e fortificação, percorreu o litoral sul, até a barra do Rio Grande, com vistas à melhoria das defesas. A anunciada invasão aconteceu, com os resultados desastrosos que todos conhecemos. “Na ocasião em que os Espanhóis atacaram a Ilha de Santa Catarina se houve o suplicante Com valor e zelo”, diz Elias sobre sua participação no episódio.⁸ Antes mesmo de encetar a sua carreira literária, Silva Corrêa já exercita um padrão específico de escrita. Ele se encarrega de propalar os próprios méritos para, em seguida, apresentar a conta.

Sua atuação em Santa Catarina, na “paz e na guerra”, tê-lo-ia colocado, mais uma vez, na posição de credor da mercê régia. Esta era a sua expectativa e com base nela solicitou licença de um ano para ir a Lisboa continuar os estudos e tratar de outros assuntos privados. A carta de autorização do Conselho Ultramarino só foi expedida em 1780.⁹ Todavia, Elias já se achava em Lisboa desde 24 de outubro de 1778. Isto pressupõe alguma forma de permissão anterior dada por alguém do mais alto escalão administrativo, dado que, sem isto, a viagem seria impossível.

6 Arquivo Histórico Ultramarino, Santa Catarina, caixa 3, doc. 31. Ver, também, AHU, Santa Catarina, caixa 4, doc. 260. Este arquivo, doravante, será referenciado como AHU.

7 AHU, Santa Catarina, caixa 3, doc. 243. Solicitou a confirmação de carta de sesmaria em 1774, AHU, Santa Catarina, caixa 4, doc. 278.

8 AHU, Angola, caixa 65, doc. 59.

9 AHU, Santa Catarina, caixa 4, doc. 278.

A nau dos mortos-vivos

Silva Corrêa descreveu os detalhes de sua viagem entre o Rio e Janeiro e Lisboa num opúsculo intitulado *Relação ou notícia particular da infeliz viagem da não de Sua Magestade Fidelissima, Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro de Alcantara*¹⁰, interessantíssimo libreto que muito nos dá a conhecer sobre a travessia do Atlântico no século XVIII. Trata-se, na realidade, de uma versão tardia dos relatos de tragédias navais que, desde o século XVI, se popularizaram em Portugal, tornando-se um gênero literário autônomo.¹¹ O interesse por esse tipo de narrativa fora reavivado com a publicação, entre 1735 e 1736, das coletâneas organizadas por Bernardo Gomes de Brito, sob o título de *História trágico-marítima*.¹²

O militar carioca, em mais de um momento, buscou caracterizar-se como leitor voraz: “Os livros me prestam férteis encantos de que a imaginação se nutre”, diria.¹³ De sua biblioteca, deveria constar a obra de Gomes de Brito, ou, se não, reedições de cordéis com esta modalidade de narrativa. Na *Relação* da infeliz viagem da nau *Ajuda*, até o título remete aos cordéis quinhentistas de naufrágios. A estrutura da obra reproduz, exatamente, o padrão textual de tais narrativas. Há uma parte introdutória, em que o autor se apresenta e explica o porquê da viagem e da publicação do relato. A seguir, desenvolve-se a descrição da viagem propriamente dita, na qual estão inseridas as sucessivas catástrofes que se abateram sobre a nau. É nesta parte que ganha força o ritmo barroco da narrativa em que se alternam acelerações e acalmias, tal como no fluxo marinho. “Os grandes, e desordenados balanços, que de cada vez ameaçavam a morte, faziam não poderem sossegar os móveis, que misturados com a gente, se despedaçavam nas amuradas”. Maria Angélica Madeira sintetiza extremamente bem esta modalidade literária.

10 SILVA, Elias Alexandre e. *Relação ou notícia particular da infeliz viagem da não de Sua Magestade Fidelissima, Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro de Alcantara, do Rio de Janeiro para a Cidade de Lisboa neste presente anno*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778. Esta nau também foi usada na carreira da Índia. Ver LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968, p. 341.

11 Ver VELOSO, Mariza. *Leituras brasileiras; Itinerários no pensamento social e na literatura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

12 BRITO, Bernardo Gomes de. *História trágico-marítima*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1942. 3 v.

13 HA, v. 1, p. 16.

Se a primeira seqüência do relato preocupa-se em fornecer informações sobre a conjuntura política, ora de Portugal ora das colônias, sobre o tempo e alguma circunstância especial na partida, sobre a formação da armada e seus dirigentes, a seqüência seguinte – *a tempestade e o naufrágio* – apresenta-se como dotada das estratégias do discurso ficcional, altamente estilizado, codificado, o que leva o leitor a ter a consciência de estar lidando com uma convenção literária forte e arcaica do medo e da morte. De fato, o caráter repetido e seriado desse fragmento levou-me à constatação de que se trata de um dos tropos retóricos mais tradicionais e elevados da literatura ocidental, constando da *ekphrasis* dos oradores gregos. A fórmula da descrição compreende: a leitura de sinais da natureza que prepara a seqüência da tempestade; a luta entre os elementos – a “discórdia elementar”; a luta do barco contra os ventos e as ondas; o desastre e outros trabalhos; o naufrágio: a morte da nau que, em geral, quebra-se antes de ir ao fundo; cenas de afogamento e morte; salvamento em alguma praia deserta ou pântano.¹⁴

No nosso caso, não houve um naufrágio propriamente dito e a nau, destroçada, chegaria a Lisboa. O texto termina com uma outra fórmula usual, descrevendo a tripulação, em procissão de pés-descalços, dirigir-se à igreja de Santos-o-Velho para entregar a vela grande prometida a Nossa Senhora da Bonança, caso o navio fosse poupado.

Para além da percepção do vínculo com o padrão geral da literatura sobre catástrofes marítimas, o opúsculo de Elias Alexandre pode ser abordado segundo um outro aspecto que é freqüentemente negligenciado pelos estudiosos. Ele nos mostra que estas viagens transcontinentais eram momentos privilegiados de interação do oficialato civil, religioso e militar. Para se ter uma idéia, no caso em questão, foram 216 dias de viagem entre o Rio de Janeiro e Lisboa. Deste total, 157 gastos na travessia propriamente dita, entre Salvador e a capital do império. Mais de meio ano, portanto, de convívio intenso que levava ao estabelecimento de laços de amizade e, muitas vezes, de inimizade.

14 MADEIRA, Maria Angélica. *Notícia sobre a História trágico-marítima*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/madeira-angelica-historia-tragico-maritima.html>>.

A publicação deste opúsculo por Silva Corrêa insere-se claramente na sua estratégia pessoal de ascender rapidamente na carreira militar. Com este propósito, ele não deixa de citar nominalmente todas as pessoas de alguma importância com quem manteve contato. Quando descreve sua permanência em Salvador, busca insinuar proximidade com as figuras mais destacadas que então se encontravam na cidade: o governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes; seu irmão recém nomeado governador de Goiás, Luís da Cunha Menezes; o governador cessante de Goiás, José de Almeida Vasconcelos Soveral de Carvalho; José de Vasconcellos de Almeida, nomeado governador de Moçambique; e, por fim, o conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello. A sua estratégia de pôr-se no texto familiarmente com seus superiores pode ser percebida exemplarmente em alguns segmentos, como o da narração do embarque para Lisboa:

No dia acima dito [27 de julho], e determinado embarcaram pelas nove horas da manhã, no Escaler do Governo, o sobredito General Almeida, o Conselheiro Mascarenhas, o Reverendo Padre Manoel da Cunha Pacheco, e o Alferes Elias Alexandre e Silva, acompanhando-os os dois Ilustríssimos Irmãos Generais desta Capitania, e da de Goiás.

Elias e o padre Pacheco viajavam em companhia do Conselheiro e deveriam ter ido diretamente do Rio para Lisboa, no navio *Prazeres*. No entanto, eles haviam trocado de embarcação no Rio de Janeiro, para a nau *Ajuda*, com o intuito de permitir que José Mascarenhas se encontrasse em Salvador com José de Seabra da Silva, seu amigo de infância, que ali aportara proveniente de Angola. Ao chegarem à Bahia, souberam, porém, que Seabra já havia partido em frota armada pelos comerciantes da cidade. Se o plano tivesse dado certo, a *Ajuda* teria sido uma espécie de nau do retorno dos mortos-vivos. Iniciava-se a “viradeira” e diversos personagens enviados por Pombal ao cárcere e ao exílio retornavam a Portugal.¹⁵ Entre os mais

¹⁵ Concordo com a historiografia mais recente, para a qual a viradeira não representou uma ruptura com a maioria das políticas pombalina. Todavia, não podemos negar que houve um rearranjo na alta cúpula de governo, com a anistia de alguns personagens e a queda em desgraça de outros tantos.

famosos constavam, justamente, José de Seabra da Silva e o conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello.

Mello foi o principal incentivador da Academia Brasílica dos Renascidos. De figura central na repressão à revolta do Porto e, depois, na implantação das políticas indigenistas pombalinas para o Brasil, caiu em desgraça e foi condenado a ficar preso e incomunicável. Cumpriu 14 anos de pena na fortaleza de Anhatomirim, em Santa Catarina, e na das Cobras, no Rio de Janeiro. A sua desgraça teve início quando convidou o capitão-tenente da Armada Real Francesa, ancorada no porto da Bahia, para participar da Academia que ajudara a fundar. Vivia-se a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), na qual Portugal era aliado da Inglaterra, contra França e Espanha. O conselheiro foi acusado de colaboracionismo com os franceses pelo vice-rei, D. Marcos de Noronha.¹⁶ É plausível que Silva Corrêa o tivesse conhecido em Santa Catarina. Anexa à narrativa de viagem, Elias publicou uma Ode em homenagem ao conselheiro, a qual era assinada por um “Anonymo amante da Pátria”.¹⁷

Não se fatigue a débil fantasia:
O Nome, o grande Nome, já se entoa
Do Famoso Pacheco: a monarquia
Alegre o apregoa
Cidadão Immortal; e não se esquece
Das Coroas triunfaes, que lhe oferece.

Não foi ao Conselheiro Pacheco, no entanto, que Elias Alexandre dedicou o seu opúsculo, mas a Seabra da Silva, uma das figuras centrais do governo do marquês e o mais famoso dos desterrados pombalinos. Nunca se soube exatamente o motivo de sua repentina desgraça. Suspeita-se que tivesse tomado conhecimento de um plano armado por Pombal e D. José para tirar D. Maria da linha sucessória, passando a coroa diretamente a D. José, neto do rei. Teria deixado vaziar informações a respeito e acabou preso e condenado ao exílio em Pungo-A-Ndongo, em Angola. Para um

¹⁶ Ver KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos; historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

¹⁷ SILVA, *Relação*, p. 67-72.

européu, isto equivalia à pena de morte, dada a insalubridade do clima da região. Todavia, Seabra sobreviveu e, após indultado, voltaria ao alto escalão do governo, tornando-se Ministro do Reino em 1788. Elias da Silva Corrêa não parece tê-lo conhecido pessoalmente, mas a dedicatória do livro foi um ato pensado que parece não ter sido em vão.

No Serviço Real, o acesso aos postos

Sobre a presença de Elias em Lisboa, a documentação disponível não deixou rastros mais visíveis. Contudo, quando escreveu sua *História de Angola*, ele próprio se encarregou de fazer uma breve apreciação deste período de sua vida.

Nascido Americano Português por um efeito aventureiro, que conduziu meus Pais da Europa àquele distante clima aonde o comércio desta costa [África] tem espalhado a triste notícia da assolção, que aqui padece a humanidade, me nutri, desde o berço, do horror que comunica este fronteiro continente: Contudo: A existência de 4 anos em Lisboa, escoada docemente à vista dos amados Soberanos, a quem a fiel, e sã educação paternal me haviam feito consagrar-lhes a pureza do meu amor, respeito & lealdade: as delicias da Corte: Costumes mais polidos & sadios, que ao mesmo tempo me encantavam os olhos; e alimentavam o pensamento; me fizeram conceber os desejos de servir aos Soberanos, & à Pátria entre povos desconhecidos, cujos costumes pretendia analisar com os que já havia visto. O ofício militar me abria a estrada para ir ao cumprimento do meu doble desígnio/ isto é /; instruir-me do mundo; e adquirir no Serviço Real o acesso dos postos, & estimação dos homens condecorados, & bem nascidos; & assim me dava de subir a um bem somente imaginado; a pesar do cruel sofrimento de um mal assaz sabido.¹⁸

18 HA, v. 1, p. 14.

Traduzindo livremente seu linguajar um tanto pretensioso, podemos dizer que Corrêa buscava caracterizar-se como “um bom e leal português” que nascera no Brasil por mero acaso, devido a “um efeito aventureiro” da vida dos pais, apresentando a sua estada em Portugal como um retorno à pátria original. Interessante notar que ele não era um dissimulado. O seu propósito explícito era galgar postos na carreira militar. O único reparo que podemos fazer ao seu texto diz respeito à ordem da frase em que afirma pretender “adquirir no Serviço Real o acesso dos postos, & estimação dos homens condecorados, & bem nascidos”. Toda a documentação mostra que havia uma inversão de ordem em seu *modus operandi*. Ele foi um bajulador de homens “bem nascidos”, buscando-lhes a estimação, com vistas ao “acesso dos postos”. No entanto, a abordagem deste tipo de padrão de comportamento não tem por objetivo discutir supostas falhas de caráter em um indivíduo específico, estigmatizando-o. A *adulatio* era, de fato, de um padrão corrente nas relações patrono-cliente.¹⁹ O que nos interessa é analisar, a partir deste caso específico, alguns aspectos da carreira da camada militar à qual ele pertencia. Por tratar-se de um letrado, Elias Alexandre da Silva Corrêa legou um conjunto de documentos que facilitam a nossa tarefa.

A circulação intercolonial do alto oficialato régio já vem chamando a atenção de alguns historiadores. Personagens mencionados por Elias, tais como os governadores Manuel da Cunha Menezes, seu irmão Luís da Cunha Menezes ou José de Almeida Vasconcelos Soveral de Carvalho, faziam parte de certos agregados familiares da nobreza portuguesa, a quem era entregue a administração das colônias. Ora governavam uma capitania da América, ora da África. Aqueles que se destacavam, ou sobreviviam, já que a mortalidade deles no ultramar era altíssima, podiam aspirar a se tornarem vice-reis do Brasil ou da Índia, ou a atuarem no Conselho Ultramarino ou na Casa de Suplicação de Lisboa, ou, ainda, a ocuparem altos cargos no governo do reino. Estudando a administração colonial portuguesa, a historiadora Maria de Fátima Silva Gouvêa sintetizou situações deste tipo.

O conhecimento acumulado nos diferentes estágios desse exercício administrativo consubstanciou uma forma singular

19 HESPAÑA, António Manuel. *La gracia del Derecho*; Economía de la cultura en la Edad Moderna. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993, p. 169.

de governar o Império. De um lado constituía-se uma elite imperial, recrutada no interior da alta nobreza, cujos grupos familiares vinham dando provas de uma íntima associação com a Coroa na implementação e defesa de sua soberania em ocasiões chave como a Restauração portuguesa. Davam provas de sua dedicação par com os interesses mais caros da nova dinastia, disponibilizando recursos de suas casas, constituindo laços entre si. Definia-se, dessa forma, um núcleo mais coeso de interesses em redor da governabilidade imperial portuguesa. De outro, consubstanciava-se um conjunto de estratégias, bem como uma memória, dedicadas ao exercício desse governo, viabilizadas pelo acúmulo de informações e pela constituição de uma visão mais alargada do Império como um todo, ambos produzidos pela circulação desses homens nos altos postos administrativos nas regiões ultramarinas.²⁰

Este raciocínio, voltado à compreensão da elite governativa, nos dá algumas pistas para abordarmos outros grupos participantes da gestão do império, mas que ocupavam posições inferiores na escala social. Era o caso dos letrados (administrativos, judiciários e religiosos) que integravam uma crescente burocracia colonial. Era, também, o caso dos militares.

Com a elite governante, esses segmentos sociais compartilhavam da circulação intercolonial e, em decorrência, da mesma a visão alargada de império apontada por Gouvêa. Tenho mencionado, em outras ocasiões, o exemplo de um militar de Goa, o qual, tal como Elias Alexandre, buscava ascender na carreira. Declarava-se estar disposto a ser transferido para Moçambique ou para Minas Gerais, se necessário.

Situações como esta nos dão algumas pistas para a compreensão do quadro mental/espacial desta camada do oficialato colonial. Todavia, se ela compartilhava desta visão alargada do império, era desprovida do poder de que estavam investidos religiosos e letrados, principalmente os que desempenhavam funções judiciárias. Uma vez que estavam secularmente assentados na administração, estes últimos costumavam zelar, ao limite da

20 GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português. (1654-1808) In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 308.

insanidade, por suas parcelas de poder e dos benefícios delas advindos, não hesitando em entrar em conflito aberto com a nobreza que ocupava os altos cargos de governo. O ouvidor de Benguela Rafael José de Souza Corrêa Melo, outro brasileiro que naquele momento estava em serviço em Angola, não hesitava em apontar o dedo acusador a esses agregados familiares que dominavam os altos cargos coloniais.

Os Condutores do Governo das Colônias, em comum, deveriam ter mais instrução, e virtudes políticas, maiores conhecimentos públicos. Os Governadores deveriam ter se habilitado para estas comissões delicadas com outras mais lições que as dos seus títulos dominiais, e genealógicos. Quem, sem culpa ignorasse perfeitamente seu segundo Avô, e não ignorasse o jogo dos Interesses públicos os expedientes vantajosos da sua Nação, e enfim, a parte mais útil da Filosofia prática, acomodada a um sistema de Governo; ajuntando ainda o maior dom da Natureza, um coração modesto, deveria disputar estes empregos, e mesmo preferir para eles a uma dura estupidez ilustre.²¹

Já os militares de baixa patente constituíam um caso especial, uma vez que não contavam com a parcela de reconhecimento e poder que a tradição conferira aos letrados e religiosos. A inserção dessas pessoas na estrutura militar era bastante complexa. A carreira das armas era tanto o lugar de criminosos, condenados ao exílio,²² como o espaço tradicional da nobreza. A meritocracia, à qual aspiravam figuras como Elias, funcionava até certo patamar. Em outro nível, a corporação reproduzia a rigidez da estrutura social do Antigo Regime. Veja-se, por exemplo, o caso do tenente do mar Francisco de Souza Coutinho, que participou nas operações militares de Cabinda, junto com Corrêa. Tratava-se simplesmente de um dos filhos de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, ex-governador de Angola. Era, portanto, irmão de D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro administrador máximo do império colonial. Mais uns anos (1789) e D. Francisco Custódio

21 MELO, Rafael José de Souza Correa. *Memória*. 1786. AHU. Angola, cx. 71, doc. 60. Sobre este ouvidor ver GONÇALVES, Patrícia Bertolini. Iluminismo e administração colonial; Angola vista por brasileiros no século XVIII. In: *VI Jornada Setecentista: Conferências & Comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006, p. 481-490.

22 A “escórea da plebe desterrada”, nas palavras de Elias. HA, v. 1, p. 15.

assumiria o governo da capitania do Pará. Elias Corrêa jamais poderia aspirar a uma carreira semelhante. Pesava contra ele a sua origem social, agravada, quem sabe, por ser natural das colônias.²³

Para conseguir que os seus méritos fossem recompensados, aqueles que não provinham de famílias ricas ou ilustres precisavam dominar as redes parentais da elite governante, estabelecendo algum tipo de vínculo com ela. Os historiadores anglo-saxões Thornton & Miller, referindo-se à História de Angola, diriam que “o seu manuscrito deve, assim, num certo sentido, representar uma das mais longas e elaboradas petições ao favor real jamais dirigidas à corte de Lisboa”.²⁴ Os mesmos historiadores acusam os catálogos de governadores de Angola, categoria na qual se insere parte da história de Alexandre Corrêa, de serem “interpretações grosseiras próximas da distorção aberta e elogios hagiográficos de protetores aristocratas feitos por humildes e suplicantes”.²⁵ A historiografia mais recente tem reagido a este tipo de abordagem acusatória apropriando-se de algumas noções derivadas de um ensaio do antropólogo Marcel Mauss²⁶, dos anos 1920. Categorias como dom, dádiva ou mercê vêm sendo utilizadas para explicar alguns mecanismos internos do funcionamento de certas sociedades não-contemporâneas, entre elas o Antigo Regime europeu.²⁷ Pedir, conceder ou

23 Reconheça-se, porém, que estudos que demonstrem processos de discriminação derivados da origem (local de nascimento) ainda estão por ser feitos.

24 THORNTON & MILLER, op. cit., p. 27.

25 THORNTON & MILLER, op. cit., p. 54. Em outro momento, brinquei com este mesmo fragmento apontando que se tratava de um comentário anglo-saxão sobre o “outro”: o agente colonial latino. Isto porque esses autores se esquecem (ou desconhecem) que esses documentos coloniais portugueses, que foram alvo deste tipo de abordagem valorativa, possuem as mesmas características dos textos de mesma natureza produzidos nos demais países europeus do período. Ver PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Brasileiros a serviço do Império; a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, v. 33, 1999, p. 153-190.

26 MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.

27 O economista Karl Polanyi já chamava atenção, na década de 1940, para o fato de que o liberalismo econômico do século XIX construiu um mito historiográfico sobre o mercado que levou-nos a acreditar que a compreensão das economias dito primitivas era irrelevante para o entendimento das “motivações e mecanismos das sociedades civilizadas” (p. 64-65). Ele atribui a Weber o pioneirismo desta crítica à história da economia. Polanyi se refere a uma teoria do dom “a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber” (p. 66). Todavia, seus raciocínios não são derivados da leitura de Mauss, mas de outros antropólogos – Malinowski e Thurnwald. POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 2000. Mais recentemente a historiadora Natalie Z. Davis popularizou o tema na historiografia anglo-saxã. Ver: DAVIS, Natalie Zemon. *The gift in sixteenth-century France*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2000.

receber mercês, não eram ações isoladas ou distorções, mas atos que se inseriam em cadeias de obrigações recíprocas inerentes ao próprio funcionamento daquelas sociedades. Estudando as ordens militares lusas, a historiadora Fernanda Olival, pensou Portugal do Antigo regime como uma cadeia de mercês.²⁸

O desterro d’Angola

A ida de Alexandre Elias da Silva Corrêa para Angola, como voluntário, insere-se na lógica de busca de ascensão na carreira militar. Uma carta patente de 5 de agosto de 1782 proveu o alferes Elias do Regimento de Infantaria da Ilha de Santa Catarina ao posto de Ajudante do Regimento de Infantaria de São Paulo de Luanda, Reino de Angola, com a patente do posto de Capitão. A portaria dizia que ele continuaria no posto a que fora promovido quando voltasse ao Brasil.²⁹ Insatisfeito, ele apresentou requerimento, anexando histórico de seus serviços, pretendendo o posto de Sargento-mor do 1º Regimento de Angola³⁰, no que não foi atendido. A falta de retribuição imediata de seu sacrifício, que o colocaria na condição de credor de uma mercê, faz com que Silva Correa sintasse injustiçado. Iniciava-se desfavoravelmente “O desterro d’Angola, que tanto se faz sensível, quanto é mais extenso”.³¹

Elias dirigiu-se àquela porção africana do Império Colonial Português num momento da conjuntura regional que a historiografia indica ser particularmente delicado. Tal como ocorrera no Brasil, a baixíssima presença feminina entre os colonos portugueses criara na África elites coloniais mestiças. Segundo Thornton & Miller:

28 OLIVAL, Fernanda. Um rei e um reino que viviam da mercê. In: _____. *As ordens militares e o estado moderno*; Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001, p. 15-38.

29 AHU. Santa Catarina, caixa 65, doc. 38.

30 AHU. Santa Catarina, caixa 65, doc. 59.

31 HA, p. 13.

estes “portugueses”, angolanos ou luso-africanos, eram comerciantes de escravos, contrabandistas, ocupavam cargos médios e baixos na burocracia civil, militar e eclesiástica da colônia, e constituíam o equivalente mais próximo de uma aristocracia agrária local. Em certo sentido eram uma comunidade à parte, formada pelos residentes nativos de pele morena da colônia (...)³²

Ideologicamente, a elite luso-angolana construiu em sua autoimagem que Angola era um lugar de feitos de armas, tal como as colônias do oriente. Seus integrantes eram, portanto, guerreiros conquistadores. Na prática, no século XVIII, eles ainda se mantinham vinculados a atividades militares, por conta do tráfico de escravos, sua razão econômica de ser.

Alguns historiadores consideram que, desde a metade do setecentos, a coroa dedicava-se a tentar reduzir os poderes desta elite local mestiça. Se pensarmos que estava em curso uma tendência geral de centralização administrativa, própria do iluminismo em geral e mais particularmente em países em que governavam déspotas esclarecidos, como era o caso de Portugal, não há como negar o fenômeno das tentativas de diminuição de poderes das elites locais. De fato, no nível dos discursos dos governadores e outros altos funcionários, observa-se um conjunto de propostas e, mesmo, de práticas que tendencialmente apontam nessa direção. Todavia, existem diversas questões que permanecem abertas. A primeira diz respeito a se, de fato, houve uma política coerente e explícita nesta direção. Thornton & Miller consideram como evento decisivo neste processo de substituição das elites luandenses por quadros mercantilistas a deposição do clã local do coronel João Monteiro de Moraes, nomeando portugueses em seu lugar. A Monteiro costuma ser atribuída uma das principais versões dos catálogos de governadores de Angola.

A historiadora Catarina Madeira Santos procurou entender a segunda metade do século XVIII, períodos josefino e mariano, como o momento em que se assiste a uma espécie de reinvenção da elite instalada em Luanda.

32 THORNTON & MILLER, op. cit., p. 15.

A verdade é que, no gabinete pombalino, se projectou converter Angola numa colónia de povoamento, em tudo semelhante ao Brasil, tendo para isso sido desencadeado um conjunto muito completo de reformas, incluindo uma *reeducação* e *reconversão* sociais. A injeção de novos elementos nos quadros da administração, engenheiros e militares de carreira; a fundação da Aula de Geometria e Fortificação, em Luanda, no ano de 1769, visando à formação de jovens engenheiros, brancos e mulatos; a circulação de objectos culturais, livros, panfletos e cartas pelas vias atlânticas; e a vulgarização de novos instrumentos intelectuais e quadros mentais, desencadearam a produção de argumentos e objectos culturais originais. A elite parece confundir-se com a geração – a *geração de 60* – uma vez que, sob o ponto de vista ideológico, e apesar de todas as formas de “bricolage” engendradas ao nível individual, se verificam fracturas abruptas no discurso.³³

Mesmo que concordemos com este ponto de vista, fica ainda por esclarecer se o que observamos é uma “política” coerente. Isto porque sabemos que uma coisa são os discursos de cunho iluminista dos governadores de Angola, desde D. Francisco Inocêncio Souza Coutinho; outra, é a posição Martinho de Mello e Castro, que ocupou ininterruptamente a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, entre 1770 e 1795.

Sua política para Angola, se é que se pode falar nesses termos, defendia um realismo rasteiro. Ele fazia pouquíssimo caso das propostas modernizantes dos governadores coloniais. Mesmo o governo ilustrado de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho era visto com reservas.³⁴ Ele chamou de “quimérica empresa” a tentativa de criar uma fundição de ferro em Nova Oeiras³⁵

33 SANTOS, Catarina Madeira . A Geração de 1760 em Angola: entre dois mundos, uma identidade em gestação (1750-c.1800). Ver resumo em: <www.eventos.uevora.pt/xxvaphes/AphesXXV_Comunicacoes/P6.html>.

34 Desde os seus períodos de governo, Francisco Inocêncio, em Angola, e o Morgado de Mateus, em São Paulo, tornaram-se figuras paradigmáticas de governadores coloniais esclarecidos. Interessante notar que ambos envolveram-se em projetos de estabelecer fundições. No século XX, o principal responsável pela atualização do mito Souza Coutinho foi DELGADO, Ralph. O governo de Souza Coutinho em Angola. *Sivdia*, n. 6, jul. 1960, p.19-56, e n. 7, jan. 1961, p. 49-86.

35 Ver AMORIM, Maria Adelina. A Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras. *CLIO*, v. 9, 2003, p.189-216.

e segurando o dito Sargento Mor, que deste Estabelecimento revoltariam as maiores vantagens, as quais igualmente asseveravam os Ofícios de Dom Francisco Inocêncio; e com estas persuasões, se lhe mandaram dar aqui todos os Instrumentos, Ferramentas, e Materiais que julgou necessários: tomaram-se Oficiais Fundidores, Ferreiros, e de outros Ofícios, para irem com ele, deu-se-lhe enfim tudo o mais que lhe padeceu pedir para o dito Estabelecimento, e tudo metido a bordo de uma Nau de Guerra, partiu deste porto à testa de toda esta condução: o resultado porem dela, foi uma grande e inútil Despesa feita pela Real Fazenda; e a impraticabilidade de se formar em Angola o dito Estabelecimento, pelas dificuldades que se encontravam na sua execução, **o que se devia ter previsto, e examinado antes que ele se prepusesse;** (...)

Percebe-se que ele procurou livrar D. Francisco Inocêncio, jogando a culpa nas costas do sargento-mor Manuel Antônio Tavares, emissário e braço direito do Governador e autor de outra versão dos catálogos. Entretanto, o texto deixa claro que Mello e Castro considerava, não sem razão, que a tentativa de estabelecer uma fundição em Angola tinha sido um ato de voluntarismo mal planejado.

Comentando uma carta em que o governador Moçâmedes dizia que a gente da Madeira, do Alentejo e do Algarve não prestava para a colonização, ele aproveita para deixar explícitas e marcadas as suas posições conservadoras.

(...) é com Gente da Ilha da Madeira, com a que se manda do Brasil, como foram duas Companhias, uma de Artilharia, outra de Infantaria, alem dos Sentenciados a Degredo; e com os que também daqui vão degradados; e os Naturais Brancos, Pardos e Pretos do País, sempre se povoou, sustentou, e defendeu esta Conquista.

Resumidamente, ele considerava que Angola sempre fora assim e assim deveria continuar. Isto não é exatamente a fala de alguém que pretende reinventar a elite angolana, transformando a colônia em algo semelhante ao Brasil.

Deste modo, fica difícil sustentar a idéia de que a nomeação Elias Alexandre da Silva Corrêa deu-se num momento de substituição dos quadros da elite local, com defendem Thornton & Miller ou que se pode inferir de Madeira Santos. É fato que a mesma documentação que indicava a provisão do oficial luso-brasileiro determinava a aposentadoria compulsória do coronel João Monteiro de Moraes, dos seus filhos, os capitães Nuno Monteiro de Moraes e Joaquim Monteiro de Moraes, e mais a do seu ajudante de ordem o tenente-coronel João Miguel Ornelas de Vasconcelos, do capitão de cavalaria Antonio de Basto Teixeira e do tenente de cavalaria Manoel Pereira Basto. A razia continuava com a ordem de dar baixa, sem provento, ao tenente de infantaria Manoel de Ornelas e Vasconcelos, ao alferes grana-deiro Antônio Matoso de Andrade e ao alferes Feliciano José de Almeida Araújo. Simultaneamente, eram providos nos cargos de comando diversos oficiais enviados de Lisboa, entre os quais Elias Alexandre, no posto de ajudante do Regimento de Infantaria, com a patente de capitão.³⁶

O documento nomina todo um clã da elite local luso-angolana que havia entrado em desgraça, por algum motivo específico que desconhecemos. Este tipo de situação não era incomum e se reproduzia por todo o Império, sem que possamos afirmar categoricamente que estivesse em curso uma política geral. É mais plausível que estivesse em curso uma das constantes batalhas entre agentes da coroa e elites coloniais que eram provocadas pelos mais diversos motivos, que iam da antipatia pessoal, passavam pela disputa de poder e, mais freqüentemente, tinham por pano de fundo a participação no butim colonial, fosse ele obtido na legalidade ou na ilegalidade, diga-se corrupção e contrabando. Veja-se o exemplo de conflitos deste tipo em São Tomé e em Cabo Verde, que acabaram na condenação à pena de morte e execução de parte da elite local.³⁷ Pouco tempo depois, sobreviventes desses mesmos clãs recebem benesses variadas da coroa, inclusive altos cargos de governo.

No caso em questão, a coroa agiu com brandura, limitando-se a demitir alguns integrantes da elite angolana de seus cargos na milícia. No

36 AHU, Angola, Caixa 65, doc. 58.

37 Tratei alguns aspectos deste tipo de disputa em PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Um jovem naturalista num ninho de cobras, a trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde em finais do século XVIII. *História: Questões e Debates*, n. 36, 2002, p. 29-60.

entanto, esta notícia chegou a Luanda no momento mais impróprio possível. Morreria o governador José Gonçalo da Câmara Coutinho, que estivera em conflito aberto com este segmento da elite local angolana e era o responsável pelas demissões. Em seu lugar, havia assumido um triunvirato composto pelo bispo, pelo ouvidor e, justamente, pelo coronel João Monteiro de Morais. Além de destituir todo o comando militar de Angola, a ordem vinda de Lisboa mandava prender o ouvidor. Do triunvirato sobrava, portanto, apenas o bispo. Os outros dois integrantes foram substituídos pelo novo comandante militar, o coronel Pedro Álvares de Andrade, e pelo ouvidor Francisco Lobão Machado Peçanha, que chegaram a Luanda em “22 de Maio de 1783, e sem formalidades, entraram no Governo de que o Escritor sendo testemunha, adquiriu bastante substância para nutrir a sua pena de miúdos detalhes (...)”.³⁸ Elias viajara com ambos, na fragata Graça, entre Lisboa e Luanda. No entanto, os eventuais vínculos estabelecidos no trajeto não parecem ter sido fortes o suficiente para levá-lo a apresentar uma leitura favorável à atuação desses oficiais em Angola. Isto, de certa forma, alivia a percepção que temos de que Corrêa era um simples adulator “dos homens condecorados, & bem nascidos”. Havia, de fato, uma seleção em suas alianças. Não bastava ser superior hierárquico para contar com sua simpatia.

Elias costuma ser apontado como um detrator da elite angolana. O historiador José Carlos Venâncio chega mesmo a referir-se a uma suposta “repulsa de Corrêa pela sociedade crioula”.³⁹ No entanto, os capítulos da *História de Angola* em que trata do período em que ali viveu não são, exatamente, um libelo contra a elite regional. O coronel João Monteiro de Morais, o patriarca militar deposto, foi tratado com brandura e sua participação no governo de Angola, com certa simpatia. “O coronel reduzido aos ditames de uma política idosa, era civilmente compensado: a sua proibidade lhe atraía estimações; e o parentesco de quase meia cidade excitava a alegria em metade do povo.”⁴⁰ Demonstra-se um pouco consternado com a tragédia pessoal que se abateu sobre este alto representante da elite angolana, atribuindo a sua morte aos desaires sofridos naquele momento. “Receben-

38 HA, v. 2, p. 79.

39 VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII*; um estudo de sociologia histórica. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 30.

40 HA, v. 2, p. 76.

do duplicados golpes com o seu imprevisto destino, com o do Filho, e com o de alguns afeiçoados súbditos, faleceu destas penetrantes feridas”.⁴¹

Em oposição, os integrantes do triunvirato companheiros de viagem do militar brasileiro foram apresentados de maneira quase caricata. A pretensão do ouvidor era “figurar de erudito: não havia ciência, ou Arte, q’ lhe fosse desconhecida”. Já a mania do Coronel “era prodigalizar-se em trato aparatoso”.

Dois meses depois de ter chegado a Angola, Elias partiu com uma expedição enviada a Cabinda, com vistas a construir uma fortificação que garantiria o monopólio português do comércio de escravos na região. Estava em jogo o acesso à navegação do rio Congo. Esta foi uma das mais aparatosas campanhas militares portuguesas em Angola do final do século XVIII, e um dos mais retumbantes fracassos. Foram enviados, apenas nesta primeira leva, cinco embarcações com 380 militares, 10 cavalos e 26 canhões, além de 67 artífices e 116 negros serventes para consertos e construção do forte.

É interessante perceber, em alguns detalhes do texto de Corrêa, o quanto estava longe a profissionalização dos efetivos militares. Conta Elias que “não houve um só oficial, que deixasse de levar um maço de miçangas para tentar alguma fortuna no Comércio”.⁴²

Aquilo que era para ser uma breve campanha eternizou-se face à tática do Mambuco, o régulo da região, que se utilizou de ações contraditórias, que desconcertavam os portugueses, com vistas a impedir as suas pretensões. Era de interesse do régulo a manutenção do livre comércio negreiro. A expedição terminou melancolicamente em junho de 1784, quando o que sobrara das tropas portuguesas rendeu-se a uma recém-chegada fragata francesa: “evacuaram os portugueses Cabinda socorridos por caridade com mantimentos, dietas, botica, e água que lhes administraram os franceses”.⁴³ A seguir, os recém-chegados demoliram a fortaleza malcomeçada e queimaram o acampamento português, com medo de contágio com a peste que ali grassava.⁴⁴

41 HA, v. 2, p. 78-79.

42 HA, v. 2, p. 80.

43 Cabinda só se tornou protetorado português pelo tratado de Simambuco de 1875.

44 Provavelmente era escorbuto e não a peste, como imaginaram os franceses.

Elias não assistiu pessoalmente aos últimos lances da *débâcle* da malfadada expedição a Cabinda. Ele havia voltado a Luanda com o coronel e governador Pedro Álvares de Andrade, aonde chegou em 1.º de janeiro de 1783, após 10 dias de viagem por mar.⁴⁵

Depois deste início um tanto aventureiro, Elias permaneceu por longo período em Luanda. A sua condição de letrado levou-o quase que naturalmente a assumir a escrituração burocrática de seu Regimento, tornando-se, portanto, um oficial burocrático. Este tipo de atividade garante-lhe o acesso à documentação de cunho militar. A amizade pessoal com Joaquim José da Silva, naturalista da coroa e secretário, deve ter-lhe franqueado o acesso ao acervo da Secretaria de Estado de Angola, o principal arquivo da colônia. A partir desta situação privilegiada, Elias Alexandre toma contato com as fontes que permitirão a escrita de sua *História de Angola*.

Angola e Brasil segundo Elias

Diferentemente do que se pode dizer da grande maioria dos autores do passado, e mesmo de alguns da atualidade, pode-se afirmar que a percepção que Silva Corrêa tinha de Angola era sistêmica. Em diversas passagens, ele dispara farpas isoladas contra os diferentes personagens que compunham o panorama humano da colônia. No entanto, quando ele se propõe a examinar algum assunto com mais vagar, o que aparece é uma visão equilibrada que busca trazer à tona todas as variáveis em jogo. Nessas ocasiões, a Angola descrita por Elias deixa de ser o resultado dos vícios isolados dos indivíduos para se tornar a Angola possível na conjuntura daquele momento.

No que diz respeito às atividades econômicas, às quais dedicou todo um capítulo, ele buscou entender o como e o porquê da ação dos personagens em jogo. Thornton & Miller afirmam que a primeira parte do

⁴⁵ Conta que dá o coronel Pedro Álvares de Andrade, dos sucessos ocorridos sobre os interesses de novo estabelecimento de Santa Maria de Cabinda desde o primeiro dia até o último de seu comando. 5/11/1783 a 21/12/1783. In: *Angolana (1783-1883)*. v. 1. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1968, p. 1-13.

texto do militar luso-brasileiro é dedicada a descrever em pormenor as dificuldades da colônia na década de 1780: “essas dificuldades, segundo o seu ponto de vista, tinham muito a ver com ávidos e ignóbeis comerciantes de Lisboa”.⁴⁶

Este é um ponto de vista que simplifica em demasia os propósitos do autor. Para Elias, tratava-se de um sistema no qual todos eram simultaneamente vilões e vítimas. Sua explicação da ruína da colônia inicia por uma fábula moral, que tem por personagem justamente o pequeno comerciante dos sertões, o qual pretenderia agir como homem honrado⁴⁷. Todavia, ele aprende rapidamente que é impossível obter algum lucro desta forma e começa a adotar procedimentos escusos. Mas nem assim prospera. Por fim, completamente endividado, entra numa espécie de jogo do gato e do rato com seus credores portugueses e brasileiros. Jogo no qual todos saem perdendo. Os capitais dos credores transformam-se em dívidas incobráveis espalhadas pelos sertões africanos.

O mal teria origem na própria forma funcionamento do mercado local. Um capitalista – o aviante – entregava mercadorias, a juros exorbitantes, a um pequeno comerciante – o aviado – para que este fosse ao sertão negociá-las a troco de produtos exportáveis: escravos, cera ou marfim. Estes comerciantes do sertão eram desterrados miseráveis que não tinham outra saída a não ser a de submeter-se a esta atividade para escapar da “pobreza mendicante”. No entanto, não havia saída possível, pois “quem seria o honrado, e estabelecido Agente, que se expusesse ao trabalho, às inquietações; e a desgraças novas?”⁴⁸

As casas comerciais portuguesas são acusadas de aviltarem os preços de suas mercadorias ao inundarem o mercado com uma quantidade de produtos acima do que ele absorve. Elias não comungava das idéias econômicas de parcela expressiva da intelectualidade luso-brasileira do período, em especial dos oriundos da Coimbra pombalina, que assumiam os pressupostos smithianos da nascente economia política, entre eles o dos benefícios da auto-regulação do mercado. Para o militar, o bom mercado seria aquele dominado e regulado pelas grandes casas comerciais portu-

46 THORNTON & MILLER, *op. cit.*, p. 26

47 HA, v. 1, p. 32 e ss.

48 HA, v. 1, p. 31.

guesas. Assim, ao contrário do que insinua Thornton & Miller, Silva Corrêa critica essas casas não por explorarem Angola, mas por não conseguirem estabelecer uma ordem neste mercado, a qual seria benéfica a essas mesmas empresas.

Ele tinha uma visão profundamente elitista e contra a economia de livre-mercado. Em decorrência, detestava a atuação dos pequenos empreendedores, independentemente de suas origens. Se os comerciantes do sertão eram um desastre, pior eram os brasileiros que desembarcavam em Luanda, seguindo as rotas do tráfico negreiro.

Arrancados do Brasil, pelos estímulos da cobiça multidão de grosseira gente, dispostos a sofrer em Taberneiros os desconcertos os vis contribuidores da sua riqueza, transformam em Tabernas as duas terças partes dos edifícios da cidade: algumas ornadas com uma só pipa de aguardente. (...) Cada Taberna, atrai um monopólio de marchetados furtos, compensados por bagatelas, q’ convidam os negros á rapina. É um receptáculo de penhores, que a mísera população sacrifica à extrema necessidade em que permanece, sem jamais os resgatar. (...) A sua multidão esgota em um instante a carga de pequeno navio do Brasil; mas longe de produzir forças a algum comercio ativo, se assemelham á multidão de formigas, que em um dia devoram as vastas folhas e uma árvore; e quando cada uma tem disposto em celeiros a sua provisão tudo se evapora á hostil esfregação de um pé.⁴⁹

Corrêa considerava esses pequenos traficantes e taberneiros figuras nocivas a Angola, comparando-os a formigas “que um dia devoram as vastas folhas de uma árvore”, sem nada deixar no país, pois “os lucros voltam para o Brasil”.⁵⁰ Percepção interessante, pois mostra o brasileiro em Angola com uma imagem especular daquela que se tinha do português no Brasil: o brasileiro como comerciante explorador, disposto a qualquer expediente para engordar os seus lucros, só pensando em poupar e voltar enriquecido para sua terra natal.

49 HA, v. 1, p. 40-41.

50 HA, v. 1, p. 41.

Tais comentários demonstram cabalmente que se o texto de Elias contém uma visão luso-brasileira, isto não significava um alinhamento automático com os nascidos no Brasil.⁵¹ A “brasilidade” de seu discurso emerge de uma outra forma. Tal como se observa nos relatos dos diversos brasileiros que estiveram na África, naquele período, ele era acometido de uma espécie de saudade gastronômica.⁵² São os alimentos utilizados em Angola que desencadeiam as referências à terra natal. “Os cocos de palmeira a que no Brasil chamam dendê”, a “ginguba ou amendoim do Brasil”. Ele nos conta que os angolanos “reduzem o milho a uma bebida fermentada”, mas que “no Brasil se tem apurado melhor esta bebida”.

Referindo-se à produção de mandioca em Angola, dirá que “o aipim do Brasil é mais gostoso, não obstante ser da mesma espécie; mas não da mesma qualidade”.⁵³ O aipim não “sabe melhor”. Ele simplesmente “é mais gostoso”, como diria qualquer brasileiro hodierno, para espanto dos portugueses. Os itens que ele aponta como os principais na mesa angolana são os mesmos do Brasil: culturas ameríndias, como os amendoins, feijões, mandioca e milho, preparadas com o dendê africano.

Da mandioca apodrecida n’água, formam uma massa dura, e azeda, extremamente insípida, aos mimosos paladares; mas de um gosto esquisito para os nacionais a que chamam de quicoanga. O gasto é considerável. Os pretos a preferem à farinha. As quitandeiras lhe dão a forma de uma bola, que dividem em talhadas diametraes. No Brasil chamam a esta raiz apodrecida; que exala um cheiro desagradável; mandioca puba; mas trabalhando a sua azeda massa, ao ponto de maior perfeição, e fineza, compõem com manteiga, ovos e açúcar, uma espécie de pão-de-ló de especial e grato sabor, a que dão o nome de manaoê.⁵⁴

51 Mesmo as suas amizades com outros brasileiros eram seletivas. Ele apreciava o secretário e naturalista Joaquim José da Silva e nutria antipatia pelo já mencionado ouvidor de Benguela, Rafael Melo.

52 Já tive a oportunidade de abordar esta questão em PEREIRA, Magnus. R. M. Um Brasil imperfeito; ou de como a África foi vista por Brasileiros em finais do século XVIII. In: V JORNADA SETECENTISTA. *Anais...* Curitiba: Cedope, 2003. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/departamentos/dehis/cedope/atas/magnus_pereira.pdf>.

53 HA, v. 1, p. 138.

54 HA, v. 1, p. 139.

O Brasil também aparece nos textos de Elias quando o assunto é escravidão. Ele partilhava com uma importante parcela dos autores luso-brasileiros do período a noção de que a escravidão era um mal necessário, porém finito. Antecipava o dia em que as minas de ouro tivessem secado, as baleias acabado e as terras vissem diminuir a fertilidade e que a coroa abolisse a escravidão, como já fizera em Portugal; no Brasil iria “começar um estabelecimento mais sólido, servido por indivíduos jornaleiros, ao uso da Europa.” Segundo o autor, a “pouca população do Brasil não pode ainda prestar meios a esta solidez”, mas não deixava de lembrar que o sistema permanecia, em parte, pelos interesses fiscais da coroa.⁵⁵

Entretanto, mais do que pensar a escravidão em relação ao Brasil, ele a pensou em relação a Angola, a começar pela descrição da organização agrária da colônia. Os *arimos*, as fazendas angolanas, estavam na mão de proprietários absenteístas que as deixavam sob a responsabilidade de alguns *maculuntos* (capatazes). A posição de um dono de *arimo* era a de um pequeno potentado africano, senhor nominal das terras a quem se deviam prestações em tributo ou trabalho.

A propriedade dessas terras por europeus e luso-brasileiros não chegava sequer a alterar a típica divisão de trabalho africana. “O costume dos sertões isenta os homens dos rudes trabalhos da enxada, e do machado. As mulheres cultivam as terras, enquanto os pais, maridos ou parentes tecem tangas, vão à guerra, ou à caça das feras”. Tudo indica a existência de uma espécie de pacto consensual entre as partes envolvidas. Os produtos agrícolas eram levados pelos “escravos” à cidade, que, como contrapartida, recebia recompensas do senhor. Note-se aqui a sobrevivência de mais um sistema tradicional de dádivas. Anualmente, o proprietário fazia uma visita ao *arimo*, ocasião em que dava uma festa a seus cativos (ou súditos?). A posição destes senhores era negociada, pois só eram reconhecidos como tal enquanto se mantivessem dentro dos limites previstos no costume. “Qual seria o senhor tão ousado, e imprudente, que não cedesse à vontade dos escravos, e se irritasse contra o voluntário trabalho dos seus braços?”⁵⁶ As proprietárias mulheres aparecem no relato de Corrêa ainda mais submetidas a esse pacto consuetudinário com a sua suposta escravaria. “Se casam a

55 HA, p. 62.

56 HA, p. 112.

escolha do marido é sua; contanto que seja aprovado por esta ociosa escravatura: do contrário a deserção é o seu recurso ordinário”.

Corrêa rejeita os sistemas produtivos angolanos tendo como contraponto, não explícito, a fazenda escravista brasileira. É com a noção de que Angola poderia ser semelhante ao Brasil que ele tece inúmeras críticas ao tráfico de escravos, dado o efeito desagregador que teria sobre a economia local. Apesar de tolerar a escravidão, apercebe-se do prejuízo que ela causa à colônia angolana.

O prejuízo comum da população de Angola, é a cegueira do negro comércio dos cativos. A nociva ordem, que presentemente o faz chanceler, é um contágio, que vai grassando; mas os efeitos malignos de um tal contágio são tanto menos temíveis, quanto mais extensos. A duração do mal faz esquecer o surdo dano com que debilita, e consome. Contaminados deste prejuízo despreza-se o interesse permanente, para adotar os momentâneos, quase sempre extirpados por assaltos desgraçados. Tal é o sistema do povo Angolense fazendo-se dependente de socorros estranhos para a conservação da própria vida: sustentando assim a miséria, que o persegue em períodos incertos; e os interesses de outros países, que lhe administram os gêneros da primeira necessidade.⁵⁷

Aqui quem fala é o luso-brasileiro e, simultaneamente, não o é. Do ponto de vista historiográfico, este tipo de discurso nos incita a romper com o ponto de vista dicotômico a partir do qual costumamos pensar as histórias regionais e outros textos escritos no período colonial, sobretudo no século XVIII. Na região do Índico, os luso-indianos de Goa e, na África, os brasileiros foram guindados à condição de co-gestores do Império, a quem eram atribuídos cargos administrativos subalternos e intermediários: militares de média e baixa patente, médicos e cirurgiões, burocratas e naturalistas, advogados e ouvidores. A partir desta posição, muitos se tornam prolíficos estudiosos do mundo colonial português. Eles assumem a sua posição na estrutura administrativa do Império e exercitam uma visão operativa de mundo própria do ideário iluminista. Desejam todos agir sobre realidades as regio-

57 HA, p. 160.

nais nas quais foram inseridas por força de suas missões, transformando-as ou pelo menos tentando preservá-las de certos males como o tráfico de escravos. Não é, portanto, de estranhar esses discursos em que brasileiros colocam o Brasil na condição de responsáveis pela desgraça de Angola. Fala mais alto, neste momento, o oficial da coroa, que se propõe a pensar o melhor para aquela colônia na qual está lotado.

De volta à carreira

Após um período de certo conformismo em relação ao andamento de sua carreira militar, o que se pode atribuir a um ambiente desfavorável a alianças, Corrêa volta ao assunto dada uma súbita mudança de conjuntura. Passado o conturbado período de interinidade de triunvirato, chega a Angola, em 1784, o novo governador, o Barão de Mossâmedes. Esse título escondia José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, que Elias conheceu em Salvador.⁵⁸ O ex-governador de Goiás, companheiro de Elias na travessia do Atlântico, fora alçado a Barão de Mossâmedes e era agora o governador de Angola.⁵⁹ Há nisso tudo um golpe de sorte. Todavia, como já se dizia naquela época, quem planta colhe e as bajulações escritas de Elias tiveram uma eficácia direta. O Barão vai se tornar o principal defensor dos propósitos de Corrêa de alcançar promoções e seu apoio começa no próprio ano de chegada a Angola. Vago o posto de Major do Regimento, Mossâmedes, como quem não quer nada, encarrega-se de sugerir o nome de Elias Alexandre.

Nesta certeza vejo dois Capitães do mesmo Regimento de Infantaria, muito capazes deste acesso, e nem quero faltar em render-lhe justiça, nem expor a paixão particular o meu juízo. São os concorrentes Elias Alexandre Silva, e João Ribeiro de Souza: O primeiro veio com o Coronel no exercício de Ajudante do Regimento, e não só continua a servir bem este posto, mas

⁵⁸ SILVA, *Relação*, p. 15.

⁵⁹ O seu primo irmão, Manoel de Almeida Vasconcellos, iria sucedê-lo no mesmo cargo.

faz toda a escrituração do Livro M^o, e foi em diligência a Cabinda e Molembo: V. S^{ma} tem a seu favor a antiguidade da Praça, o passar de Tenente do Regimento de Penamacor ao imediato acesso de Capitão para Angola onde sem se eximir do trabalho do Regimento, tem a seu cargo todo o da secretaria, que poucos poderão desempenhar; e não tendo em vir para África a vantagem do outro que em Alferes, foi feito por Sua Majestade Capitão, sem esta graça lhe prescrever o tempo de seis anos, para se verificar a patente em que veio graduado o seu Competidor.⁶⁰

O aparente golpe de sorte escondia, na realidade, uma armadilha. Mossâmedes não contava com a simpatia do Ministro Martinho de Mello e Castro, administrador máximo das colônias. Uma longa carta enviada pelo ministro a Manoel de Almeida Vasconcellos, primo-irmão e sucessor do barão no mesmo cargo, é uma das mais contundentes críticas feitas a um administrador colonial de que tenho conhecimento.⁶¹ Os argumentos que são apontados como favoráveis a Elias Alexandre, naquele momento, devem ter produzido o efeito inverso. Preterido em suas pretensões, o oficial volta à carga e no início em 1786 escreve diretamente a Mello e Castro, da forma mais direta possível

Meu Snr Quem necessita pede.
É este um axioma que me deve desculpar o ser tão importuno na presença de V. Ex^{sa}. Está vago neste meu Regimento o posto de Sargento mor, a que eu aspiro desde esta Corte.⁶²

Em anexo, certidões de Mossâmedes, do ouvidor e de quem mais ele imaginasse contar com as simpatias de Lisboa. Tudo em vão.

Na sua nomeação para Angola, estava previsto que ele deveria permanecer seis anos naquela colônia para então voltar ao Brasil, mantendo o posto de capitão, e assim foi. Recebeu a patente de capitão de granadeiros

60 AHU, Angola, caixa 69, doc. 64.

61 A carta está transcrita em *Angolana*, op. cit., p. 24-55.

62 AHU, Angola, caixa 71, docs. 10 e 36.

em 1788 e voltou ao Rio de Janeiro no ano seguinte.⁶³ Em 1790, recebeu finalmente a almejada patente de sargento-mor. Não há comprovação documental a respeito, mas é de se supor que a súbita mudança na sorte de Elias tenha algum vínculo com nomeação, em 1788, de José de Seabra da Silva para Ministro do Reino, a mais alta pasta administrativa de Portugal. Fora a este alto dignitário que Silva Corrêa dedicara, anos antes, o seu opúsculo trágico-marítimo. Ter finalmente alcançado esta mercê régia não significou que Elias se desse por satisfeito. Do seu ponto de vista, a coroa ainda não tinha retribuído a contento os serviços prestados. No mesmo ano, solicitou o posto de Coronel e Comandante do Corpo Auxiliar de Santa Catarina. Não obteve sucesso, pois em 1805 continuava como sargento-mor.⁶⁴ Por outro lado, ele parece ter-se tornado Cavaleiro da Ordem de Cristo, uma das mercês régias mais cobiçadas.⁶⁵

O estudo do caso deste militar luso-brasileiro nos ensina algumas das estratégias utilizadas na busca do reconhecimento por seus serviços e dos frutos advindos deste reconhecimento. O próprio Elias encarrega-se de dizer que seu caso é generalizável: “Os meus Aventureiros Companheiros soletando o mesmo alfabeto decifram comigo a futura consolação de sermos regressados a Corporações mais brilhantes: esta é a esperança comum, este é o fim premeditado”.⁶⁶ Dito de outra forma, observa-se que existiam determinadas práticas que eram adotadas com vistas à inserção na cadeia de dádivas. Percebe-se, por exemplo, que alguns integrantes da camada intermediária do oficialato militar ofereciam-se a uma dose de sacrifícios, como a de apresentar-se como voluntário para locais considerados inóspitos como Angola. Mas, ao fim e ao cabo, nem assim a promoção era garantida, pois permaneciam sob o arbítrio dos integrantes da elite governativa das colônias. Fazia parte do jogo textual em que Elias estava envolvido acentuar ao máximo a descrição do sacrifício dado antecipadamente, carregando nas tintas ao descrever as dificuldades e riscos nas guerras do sertão. Mencionava, portanto, com insistência, os “perigos que a natureza do

63 HA, v. 2, p. 175.

64 CABRAL, Oswaldo R. *As defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil-colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 136.

65 Este dado aparece na página de rosto do manuscrito da *História de Angola*, mas é preciso confirmá-lo.

66 HA, v. 1, p. 15.

país, de comum acordo com os inimigos, lhes prestam a cada dia; & do Laurel com que saem coroados: prêmio quase único dos seus trabalhos, pela indiferença com que são sabidos, & desprezados dos que tem na mão a balança da equidade para os compensar”.⁶⁷

A explicitude dos textos de Elias nos deixa antever fragmentos da rede de mercês ou dádivas na qual ele próprio estava inserido. De longe, tendemos a teorizar esta rede em termos de uma abstração: um modo de ser de uma sociedade. No entanto, Elias movia-se em uma rede muito concreta, construída na sua trajetória de vida. Ainda que endereçada ao estado, ou a Sua Majestade, sua correspondência dirigia-se provavelmente a pessoas reais e conhecidas. Quem estava no comando era, talvez, o ex-governador seu comandante, ou, ainda o companheiro de navegação de uma demorada travessia marítima. Eram eles os responsáveis por conceder ou negar benesses.

67 HA, v. 2, p. 175.